Comitês das Bacias Hidrográficas dos
Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

GT-CANTAREIRA - GRUPO TÉCNICO SOBRE A RENOVAÇÃO DA OUTORGA DO SISTEMA CANTAREIRA

Ata da 4.ª Reunião Ordinária do GT-Cantareira conjunta com o GT-Protocolo de Intenções
26/02/04 -14h - SABESP/ SP - Auditório "Pudim"

Membros presentes	
ASSEMAE	Paulo Roberto S. Tinel (T)
CIESP / Jundiaí	Roberto Polga (T)
Fórum Entidades PCJ	Walter Antonio Becari (T)
IGAM	Marília Carvalho de Melo (T)
P.M. de Extrema	Paulo Henrique Pereira (T)
P.M. de Piracicaba	José Augusto de B. Seydell (T)
Pres. Comitês PCJ - P.M. de Rio Claro	Cláudio Antonio de Mauro (T)
SABESP	Milton Ângelo Negrini (T)
SERHS	Rui Brasil Assis (R)
SORIDEMA	Harold Gordon Fowler (T)
Sind. Rural Campinas	Régis Romano Maciel (T)

Membros Ausentes com justificativa	
Vice-presidência dos Comitês PCJ - ÚNICA	Eduardo Lovo Paschoalotti (T)

Membros Ausentes sem justificativa
Governo Federal

Convidados	
ANA	Wilde C. Gontijo Junior
SERHS	Maurício Lenzi Brandão Michele Consolmagno
SANASA	Vladimir Pastore
CETESB	Fernando I. Carbonari
Consórcio PCJ	Dalto F. Brochi Sérgio Razera
CT-PB	Rita de Cássia Lorenzi
CT-MH	Sebastião Vainer Bosquilia
CT-SAM	Ana Maria Souza Pereira (R)
CT-AS	Valdemir Poloneis Bernardi
SABESP	Dalmo Nogueira Paulo Massato Francisco José Toledo Piza João Roberto Miranda Gustavo D. Albano Hélio Luiz Castro
P.M. Holambra	Petrus B. Weel
SE/Comitês PCJ	Luiz Roberto Moretti Patrícia G. A. Barufaldi
DAEE	Leila C. Gomes Márcio C. Ribeiro
Subcomitê do CBH-AT Juqueri-Cantareira	Bonfílio Alves Ferreira
Agência BAT	Júlio C. Cesar Neto

(T) - Titular (S) Suplente (R) Representante

1. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros por meio de mensagem eletrônica em 17/02/2004. **2. Abertura e Leitura da Ata da 3.ª Reunião do GT-Cantareira:** a abertura da reunião foi realizada pelo sr. Claudio Antonio de Mauro, que agradeceu a presença de todos, à SABESP pela cessão das dependências e à Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, coordenadora do GT-Protocolo de Intenções, na pessoa do sr. Rui Brasil Assis, pela organização da reunião. Em seguida passou a palavra ao presidente da SABESP, sr. Dalmo Nogueira, que agradeceu a presença de todos e ofereceu as dependências da SABESP para outras reuniões do GT-Cantareira; fez um breve comentário sobre a crise que vem enfrentando o Sistema Cantareira, bem como elogiou a forma como vem sendo tratado o assunto junto aos Comitês de Bacias. Na seqüência, com a palavra o sr. Cláudio de Mauro, mencionou sobre o cumprimento da pauta da reunião e solicitou a leitura da minuta da ata da 3ª reunião do GT-Cantareira, realizada em 12/02/2004, na ESALQ, em Piracicaba. Com a palavra a sra. Marília, representante do IGAM, solicitou uma inclusão na página 2, linha 105, na fala do sr. Paulo Henrique Pereira, representante da Prefeitura Municipal de Extrema, a saber: "...que na reunião do GT-Cantareira, do dia 25/03/2004, possa ser feita uma apresentação da Prefeitura de Extrema e do IGAM sobre o que é o Sistema Cantareira ....". Colocada em votação a inclusão foi aceita por unanimidade. A sra. Marília, também solicitou uma alteração na página 3, linha 4, em sua fala: "...solicitou que o GT-Cantareira se manifeste formalmente junto à ANA e à SEMAD no sentido de agilizar o convênio para cadastro de usuários na parte mineira do rio Jaguari, sendo destacada a grande importância desse trabalho...". Sem outras manifestações foi colocada em votação a minuta da Ata da 3.ª Reunião do GT-Cantareira com as alterações propostas, sendo aprovada por unanimidade. **3. Exposições: 3.1. Usos das Águas nas Bacias Hidrográficas dos Rios PCJ:** Foi passada a palavra ao sr. Luiz Roberto Moretti, secretário-executivo dos Comitês PCJ, que apresentou informações sobre a situação atual das outorgas e previsões de demandas futuras de água nas bacias PCJ; sobre a localização das bacias PCJ; sobre as características das bacias PCJ; sobre o crescimento da população, segundo o Programa de Qualidade das Águas (PQA), segundo o Plano de Bacias PCJ 2000/2003 e segundo o Relatório Hidroplan. Apresentou informações sobre as taxas de urbanização, demandas de recursos hídricos para abastecimento público, uso industrial e uso na aquicultura e irrigação; sobre a disponibilidade hídrica da região, as demandas e usos consuntivos; sobre a situação do tratamento de esgotos domésticos e industriais, abordando o tema vazões e cargas poluidoras até 2020, bem como a qualidade futura das águas até 2020. Na seqüência foi passada a palavra aos presentes para as considerações. Com a palavra o Sr. Rui Brasil,

representante da Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento (SERHS), questionou qual será o efeito de se ter o reuso da água. Com a palavra o Sr. Wilde, da ANA, informou que essas informações deverão ser abordadas no Relatório de Situação, que está em andamento. **3.2. Evolução do Consumo de água macromedido na região de São Paulo:** Foi passada a palavra ao sr. Paulo Massato, representante da SABESP, que apresentou informações sobre a evolução do consumo de água macromedido do sistema de abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo, operado pela SABESP. Esclareceu que de 1998 a 2003 foram feitas campanhas de uso racional da água e chegou-se a conclusão que houve uma diminuição do consumo de água por ligação, tanto residenciais, quanto industriais, comerciais e públicas. Foi passada a palavra aos presentes para considerações. Com a palavra a sra. Leila Gomes, representante do DAEE, mencionou que faltou uma apresentação do CBH-AT sobre os usos das águas na bacia do Alto Tietê. Com a palavra o sr. Petrus, da Prefeitura Municipal de Holambra, questionou a SABESP perguntando se, com a diminuição do volume consumido de água, por ligação, não deveria diminuir o volume total de água utilizado para abastecer a RMSP. Com a palavra o sr. Paulo Massato respondeu ao sr. Petrus que o volume total não diminui porque a população continua aumentando num ritmo superior à diminuição do consumo por ligação. **4. Debates:** Na seqüência, abriu-se a palavra aos presentes, para debates. O sr. Rui Brasil Assis mencionou que, talvez, pudessem ser feitas apresentações pelo DAEE e SABESP sobre as demandas de água da Região Metropolitana de São Paulo, com os detalhes (recortes) do Sistema Cantareira, na reunião que deverá ocorrer em Rio Claro. Os representantes do DAEE e da SABESP concordaram. Com a palavra o Sr. Bonfilio, representante do Subcomitê Juqueri-Cantareira do CBH-AT, colocou as dificuldades da participação da sociedade civil na tomada de decisão e de se trabalhar o uso racional em algumas instituições, sendo necessário um ajuste na linguagem de diálogo entre o setor público e a sociedade civil, conforme premissas da Lei 7.663/91. O sr. Paulo Massato, da SABESP, informou que foi investido muito em campanhas de uso racional e buscou-se o que de melhor existia no mundo sobre economia de água, e que a questão da ação de gestão compete ao Governo do Estado e não à SABESP, que por sua vez é apenas uma empresa de saneamento (água e esgoto). Com a palavra a sra. Leila Carvalho Gomes, representante do DAEE, informou que, tendo em vista o conteúdo do parecer da ANA, entregue nesta reunião, que afirma ser o Rio Atibaia de domínio da União, deverá haver uma revisão e apresentação sobre a dominialidade do Rio Cachoeira, por parte do DAEE, com base nas Cartas do IBGE - na escala 1:50.000 e que manterá contato com a ANA para esclarecer alguns aspectos. Com a palavra o sr, Petrus, da Prefeitura Municipal de Holambra, questionou que influência teria para a área do PCJ, a Medida Provisória MP-165. Com a palavra o sr Rui Brasil esclareceu que para o PCJ não está havendo influências, mas somente para o Comitê do Paraíba do Sul porque já se está cobrando pelo uso da água naquela região e há necessidade de implantação da Agência de Bacias. Com a palavra o sr. Francisco Lahóz, do Consórcio PCJ, perguntou como estava a implantação da Lei de Proteção dos Mananciais na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP. O sr. Rui Brasil esclareceu que a Lei de Proteção de Mananciais, de n.º 9866, teve sua implantação inicialmente na bacia do Guarapiranga e que nas outras áreas encontra-se em discussão e estudo, em Projetos de Lei específicos. Lembrou da disposição transitória do PL 676 que vincula a aplicação da cobrança à aprovação das leis específicas. Com a palavra o sr. Júlio Cerqueira César, da Agência de Bacias do Alto Tietê, colocou que a RMSP encontra-se num processo de desenvolvimento desordenado, sem controle e com inúmeros problemas existentes na área de recursos hídricos, sendo a área de maior problema do Estado de São Paulo; que não há qualquer instrumento de controle. Destacou que falta a integração das políticas públicas e coloca o CBH como uma instância privilegiada para equacionamento de muitos desses problemas, pois possui em sua estrutura, diversas ações nas políticas com influência sobre os recursos hídricos, inclusive com participação dos prefeitos. Com a palavra o sr. Wilde, da ANA, mencionou que devemos esquecer a questão da dominialidade em favor da necessidade da integração inter-institucional e destacou o Convênio de Integração entre Governos Federal e Estaduais (MG e SP) e entidades de recursos hídricos das bacias PCJ, bem como a competência técnica na solução de problemas. O sr. Rui Brasil colocou que a questão da dominialidade não interfere na solução dos nossos problemas. Com a palavra o sr. Claúdio de Mauro, mencionou que precisamos saber sobre a dominialidade dos rios para definições sobre a cobrança e não para este tema em questão, qual seja, a outorga do Sistema Cantareira. O sr. Seydell, da Prefeitura de Piracicaba, solicitou realização de apresentação pelos municípios das bacias PCJ sobre seus problemas com a redução de água nos rios da região devida ao Sistema Cantareira e questionou sobre a realização de Campanhas, pela SABESP, sobre uso racional da água. O sr. Paulo Massato, da SABESP, informou que entre as ações estão o desenvolvimento do sistema de uso racional, a campanha de bonificação para quem economizar água, “kits” de uso racional para empresas, entre outros. O sr. Cláudio de Mauro, questionou sobre a existência de ações que envolvam o

reuso da água pela SABESP. O sr. Paulo Massato respondeu que toda grande empresa na RMSP já faz o reuso da água. A sra. Leila, do DAEE informou que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH, fez uma minuta de resolução, de metodologia para que os Comitês e os órgãos gestores, que devido a problemas de contaminação, possam decretar áreas de restrição ao uso da água subterrânea, com o apoio de audiências públicas. O sr. Seydell informou que a apresentação dos municípios poderá ser feita na reunião do dia 29 de abril, na reunião a ser realizada na SANASA/Campinas, e que foi encaminhado um Ofício aos municípios não operados pela SABESP, na área do PCJ, para se obter essas informações. Com a palavra o Sr. Régis Maciel, representante do Sindicato Rural de Campinas, lamentou o fato das ações da SABESP terem sido iniciadas muito tarde pela complexidade do problema. Após as considerações definiu-se a pauta da próxima reunião do GT-Cantareira, que será realizada no CIESP/Jundiaí, em Jundiaí, a partir das 9 horas, conforme segue: a) apresentação da CETESB, sobre a qualidade das águas das bacias PCJ; b) Apresentação da ESALQ sobre uso racional de água na agricultura e conservação de solos; e c) apresentação do CENA sobre as tendências das vazões afluentes ao Sistema Cantareira, com base nos dados fornecidos pela SABESP. Ficou definido que na próxima reunião começará a ser traçado um caminho para a conclusão dos estudos do GT-Cantareira, estabelecendo um cronograma de trabalho para a elaboração do Relatório Final do GT-Cantareira. Sem outras manifestações sobre o assunto em questão, e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

Cláudio Antônio de Mauro
Coordenador do GT-Cantareira